

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.966 - PE (2019/0048293-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
SUSCITANTE : **USINA PUMATY S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
SUSCITANTE : **RIO PRETO AGROINDUSTRIAL COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS E OUTRO(S) - PE017380**
: **PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067**
: **GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO - PE025000**
: **HIGOR JOSÉ ACIOLI DE OLIVEIRA - PE046409**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DO RECIFE - PE**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE PALMARES - PE**
INTERES. : **RONALDO CANDIDO DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **HELIO GUIMARAES LEITE - PE022438**

DECISÃO

1. Trata-se de conflito de competência, com pedido de liminar, instaurado por USINA PUMATY S/A e RIO PRETO AGROINDUSTRIAL COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S/A, ambas em recuperação judicial, em que apontam como suscitados o Juízo da 3ª Vara Cível de Recife/PE, responsável pela recuperação judicial das suscitantes, e o Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Palmares /PE, perante o qual tramita reclamação trabalhista ajuizada contra a primeira suscitante (n. 0011133-95.2013.5.06.0291).

Informam as suscitantes - integrantes do Grupo Pumaty - que tiveram seu plano de recuperação judicial homologado em 27/10/2010 (fls. 245-248).

Posteriormente, apresentaram aditamento ao plano, sendo este homologado, a seu turno, aos 09/10/2018.

Contudo, asserem que o Juízo laboral, no âmbito da reclamação supracitada, determinou, para o dia 26/3/2019 às 10 horas, a realização da hasta pública do imóvel da primeira suscitante denominado "Engenho Colombo" (fl. 354), o qual já havia sido penhorado em 14/5/2018.

Asserem que (fl. 7):

[...] em que pese à dívida ser de R\$ 168.722,56 [cento e sessenta e oito mil setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos], o imóvel remetido à hasta pública está avaliado em R\$ 4.415.280,00 [quatro milhões quatrocentos e quinze mil duzentos e oitenta reais], conforme consta do referido Auto de Penhora [vide doc. 14], o que demonstra o excesso da penhora.

Ainda, o Juízo trabalhista determinou a reunião de vários outros processos que lá tramitam com vistas a que o valor apurado no leilão também sirva para a quitação dos respectivos débitos trabalhistas (fls. 356-360).

Enfatizam que tal bem está relacionado no Plano de Recuperação como

uma das formas para adimplemento dos credores concursais.

Em tal contexto, requerem, liminarmente, a suspensão da referida decisão do Juízo trabalhista e, por conseguinte, da mencionada hasta pública; a determinação de que o Juízo suscitado se abstenha de efetuar quaisquer atos de constrição de seu patrimônio; e a fixação da competência do Juízo recuperacional para deliberar sobre as questões urgentes.

É o relatório.

2. Com efeito, verifica-se a presença do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*.

A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo Juízo universal.

Nessa linha, via de regra, não se verifica a possibilidade de prosseguimento automático das execuções individuais posteriormente ao processamento e, por conseguinte, à aprovação do plano de recuperação judicial, de modo que é atribuída exclusividade ao Juízo universal onde se processa a recuperação para a prática de atos de execução do patrimônio da sociedade recuperanda.

A razão de ser da supremacia dessa regra de competência é a concentração, no Juízo da recuperação judicial, de todas as decisões que envolvam o patrimônio da recuperanda, a fim de não comprometer a tentativa de mantê-la em funcionamento.

Dessarte, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem bem ao funcionamento da sociedade cumpre ser realizada pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação dos bens da empresa recuperanda.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes da Segunda Seção:

AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA INTERNA. SEGUNDA SEÇÃO. ATO DE CONSTRIÇÃO EFETIVADO. PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO.

1. Segundo o decidido pela Corte Especial, no julgamento de Questão de Ordem no CC 136.167-SP, compete à Segunda Seção processar e julgar conflito de competência entre o juízo da recuperação judicial e o da execução fiscal, seja pelo critério da especialidade, seja pela necessidade de evitar julgamentos díspares e a consequente insegurança jurídica.

2. O prosseguimento da execução fiscal, ou de execução trabalhista que na qual a União Federal tenha créditos, e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/2005, deverá se dar perante o juízo federal ou do trabalho competente, ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora, exceto a apreensão e alienação

de bens. A superveniência da Lei 13.043/2014 não alterou esse entendimento.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC 156.841/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/11/2018, DJe 19/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA. ATOS CONSTRITIVOS ANTERIORES. CRÉDITO TRABALHISTA. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. DECISÃO MANTIDA.

1. Encontra-se pacificado, na jurisprudência desta Corte, o entendimento de que, deferido o pedido de falência, os atos de execução relacionados a crédito trabalhista incidentes sobre o patrimônio da massa falida devem ser processados no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC 148.987/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 21/09/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR PARA DETERMINAR QUE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, O JUÍZO DA VARA DO TRABALHO ABSTENHA-SE DE PRATICAR ATOS EXECUTÓRIOS QUE IMPORTEM NA CONSTRIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE BENS DA EMPRESA SUSCITANTE E DESIGNAR O JUÍZO DE DIREITO EM QUE SE PROCESSA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA DECIDIR, EM CARÁTER PROVISÓRIO, AS MEDIDAS URGENTES.

CONFLITO EM QUE SE DISCUTE A DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE EMPRESA SOB RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. PRECEDENTES. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL, DEVENDO-SE, TODAVIA, SUBMETER A PRETENSÃO CONSTRITIVA DIRECIONADA AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL AO JUÍZO UNIVERSAL. ENTENDIMENTO PERFILHADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. EXEGESE QUE NÃO ENSEJA INFRINGÊNCIA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLÊNARIO. INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.

1. Considerando que a controvérsia gira em torno da destinação do patrimônio de empresa sob recuperação judicial, e não sobre a definição da competência para o processamento de execução fiscal, o conflito deve ser processado e julgado pela Segunda Seção, nos termos do art. 9º, § 2º, IX, do RISTJ. Precedentes.

2. De acordo com o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito da Segunda Seção desta Corte de Justiça, embora o deferimento do processamento da recuperação judicial não tenha, por si só, o condão de suspender as execuções fiscais, na dicção do art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/05, a pretensão constritiva direcionada ao patrimônio da empresa

em recuperação judicial deve, sim, ser submetida à análise do juízo universal, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. A exegese ora adotada de modo algum encerra violação ao Princípio da Reserva de Plenário, previsto no art. 97 da Constituição Federal, notadamente porque não se procedeu à declaração de inconstitucionalidade, mas sim à interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes da Segunda Seção do STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 136.040/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 19/05/2015)

3. No caso, o plano de recuperação judicial foi homologado em 27/10/2010 (fls.245-248).

Contudo, o Juízo laboral, no âmbito da reclamação supracitada, determinou a realização, para o dia 26/3/2019 às 10 horas, da hasta pública do imóvel da primeira suscitante denominado "Engenho Colombo" (fls. 363-368), sendo certo que os atos constitutivos do patrimônio da empresa em recuperação devem ser submetidos ao crivo do Juízo recuperacional.

4. Ante o exposto, nos termos dos arts. 955 do NCPC e 196 do RISTJ, concedo a liminar para determinar o sobrestamento de qualquer ato expropriatório direcionado ao patrimônio das recuperandas nos autos da referida execução trabalhista, inclusive a realização da hasta pública, até decisão final no presente conflito, designando o Juízo da recuperação judicial para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

5. Comunique-se, **com urgência**, o inteiro teor desta decisão aos juízos suscitados, a quem devem ser solicitadas informações (art. 954 do NCPC).

6. Ouça-se, em seguida, o Ministério Público Federal (art. 956 do NCPC).
Publique-se. Intimem-se. Oficiem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator